

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Nos termos das disposições estatutárias, legais e regulatórias, submetemos à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Amil" ou "Companhia") e o relatório dos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Mensagem da Administração

Em 2020, a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) impactou profundamente a saúde das pessoas no Brasil e no mundo, bem como as economias globais. Como empresa de saúde que tem como missão ajudar as pessoas a viver de forma mais saudável e fazer com que o sistema de saúde funcione melhor para todos, concentramos nossos esforços nesse período em garantir a continuidade dos negócios e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos pela Amil e demais empresas do grupo, sob a marca UnitedHealth Group Brasil.

Desde as primeiras informações sobre o novo coronavírus, emitidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em dezembro de 2019, estabelecemos um modelo de gestão de crises composto por diversos comitês, todos dedicados a realizar ações preventivas, dinâmicas e integradas para o enfrentamento da pandemia. Reforçamos o quadro de profissionais da linha de frente dos nossos 33 hospitais, contratando mais de 8 mil colaboradores fixos e temporários, garantindo assim a continuidade dos cuidados médicos a milhares de pacientes. Paralelamente, migramos a operação administrativa para o home office em tempo recorde: desde março de 2020, 6 mil pessoas atuam nesse modelo de trabalho, contribuindo para sua proteção e para o fortalecimento do distanciamento social.

Essa ágil mobilização foi fundamental para garantir confiança e segurança aos clientes, colaboradores, familiares, fornecedores, prestadores de serviços e comunidades onde atuamos. Essa eficiência na gestão operacional também se deve à existência prévia de uma consolidada área de Resiliência Corporativa, assim como uma consistente cultura de segurança nos nossos hospitais. Esses fatores levaram a uma resposta rápida à emergência global da COVID-19, desde o reforço de estoques de insumos médicos e equipamentos de proteção, passando pelo treinamento, capacitação e apoio dos colaboradores, até a abertura de novos leitos hospitalares, permitindo a continuidade da operação sem impactos consideráveis.

A pandemia catalisou, ainda, a expansão dos serviços de tele saúde da Amil. Hoje, todos os nossos mais de 3 milhões de clientes de planos de saúde contam com a opção de acessar um médico de forma remota, evitando, assim, a ida a um pronto-socorro em casos mais simples ou obtendo o direcionamento ao serviço mais adequado em casos mais complexos. A aceitação dessa tecnologia tem sido prevalente: mais de 1 milhão de atendimentos remotos já foram realizados pela tele saúde da Amil desde o início da pandemia.

Visando ampliar a oferta de planos de saúde e colaborar com a manutenção desse benefício nesse momento tão sensível para a nossa sociedade, tanto do ponto de vista médico como econômico, a Amil implementou medidas de flexibilização de pagamento, assim como o lançamento de produtos com custo ainda mais acessível. Na frente Dental, também expandimos o acesso aos planos odontológicos, registrando um crescimento de 200 mil vidas no segundo semestre de 2020, fechando o ano com 2,2 milhões de beneficiários.

Diante do novo normal, o grupo inovou também na forma de interação interna e externa com seus diversos públicos. Foram registradas em 2020 uma média de 6,5 milhões de horas de reunião remotas por mês e 130 eventos online ao longo do ano, voltados a diversos stakeholders, inclusive aos próprios colaboradores e lideranças. A Companhia também apostou nas plataformas virtuais para manter ativa a pauta da Diversidade e Inclusão na organização, frente que vem sido fortalecida especialmente nos últimos dois anos, ancorada em seis pilares: pessoas com deficiência, LGBTQIA+, equidade étnico-racial, equidade de gênero, gerações e multicultura. Oferta de curso de Libras online com adesão de quase 1.500 colaboradores; realização de lives e webinars; fortalecimento dos grupos de diálogos e anúncios públicos contra a intolerância foram algumas das iniciativas promovidas pelo grupo para manter o engajamento em torno da temática durante a pandemia.

Todos esses esforços estão alinhados à estratégia global do UnitedHealth Group, desde a resposta de emergência às contribuições filantrópicas e não filantrópicas que, globalmente, ultrapassaram US\$ 100 milhões. No Brasil, mais de R\$ 38 milhões foram doados em ações de ajuda humanitária, cessão de leitos ao SUS, doação de máscaras de proteção para profissionais da saúde pública e de comunidades carentes, apoio à produção de testes e geração de renda a grupos vulneráveis. Esse apoio privilegiou os locais e públicos mais afetados, incluindo profissionais de saúde, idosos, pessoas que vivenciam a falta de moradia e a insegurança alimentar, instituições sociais e o sistema público de saúde.

O reconhecimento público a esse trabalho e à solidez do UnitedHealth Group no Brasil veio em forma de premiações e rankings elaborados pelos mais renomados veículos de comunicação e instituições do país. Em 2020 a Amil conquistou a 1ª colocação na categoria Planos de Saúde dos anuários Valor 1000 e Estado Melhores Serviços, figurando também na lista das 50 maiores empresas do Brasil das revistas IstoÉ Dinheiro e Exame. A força da marca também ganhou visibilidade no especial Marcas dos Cariocas, do jornal O Globo, em que a Amil ficou em primeiro lugar entre os planos de saúde, e BrandZ, sendo listada entre as dez maiores marcas do país.

A Companhia também foi reconhecida pelo IBRC, Abemid e Abrarec entre os melhores serviços de atendimento ao cliente do país. Outro trabalho voltado para os beneficiários, o Conselho Consultivo de Clientes Transgêneros da Amil, foi reconhecido pela Prefeitura de São Paulo com o Selo de Direitos Humanos e Diversidade. Na frente de Capital Humano, o grupo foi reconhecido, pelo segundo ano consecutivo, com o certificado internacional Top Employers.

Já os esforços de conciliação levaram a Amil a receber novamente o Selo Empresa Amiga da Justiça, concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). Entre os hospitais do grupo, destaca-se o índice de 90% das unidades acreditadas com selos de entidades como ONA, Joint Commission e Epimed.

Desempenho econômico-financeiro

O faturamento consolidado encerrou o ano de 2020 em R\$ 25,7 bilhões, uma redução de 6% em relação ao ano anterior. As receitas com operações de planos de saúde foram 7% inferiores a 2019, em decorrência da queda no número de beneficiários e de um mix de produtos desfavorável. E as receitas com serviços médico-hospitalares, impactadas pela redução no volume de procedimentos eletivos, também encerraram 2020 inferiores ao ano anterior (2%). Além da queda no faturamento, o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2020 foi negativamente impactado pela redução nas receitas financeiras e no aumento dos custos com medicamentos e materiais médicos. No entanto, a redução na sinistralidade, combinada com queda nas despesas de comercialização e administrativas levaram a Companhia encerrar o exercício com resultado líquido consolidado positivo em R\$ 517,1 milhões.

Política de destinação dos resultados do exercício

Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 25%, o estatuto da Companhia confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encerrou o exercício com lucro individual de R\$ 517,1 milhões, os quais foram destinados R\$ 25,9 para reserva legal, R\$ 200,0 para dividendos e R\$ 291,2 para reserva de lucros.

Acordo de Acionistas

Em novembro de 2019, as ações da Companhia que pertenciam ao grupo de acionistas fundadores da Amil foram adquiridas em sua totalidade pela controladora UnitedHealth Group e o acordo de acionistas firmado em Junho de 2013 foi extinto.

Investimentos

Em 2020, os investimentos consolidados de capital foram concentrados na aquisição de ativos fixos e intangíveis, totalizando R\$ 555,9 milhões. Para suportar estes investimentos, além da sua própria geração de caixa, a Companhia contou com aporte e empréstimos da sua controladora UnitedHealth Group. Os investimentos realizados reforçam o compromisso de longo prazo da Companhia em melhorar e ampliar a cobertura e serviços oferecidos aos milhões de beneficiários dos seus planos de saúde e pacientes atendidos nas unidades de suas controladas, que a Amil e demais empresas do grupo têm a honra de servir, ajudando as pessoas a viver de forma mais saudável e apoiando o sistema de saúde a funcionar melhor para todos.

Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2020, Amil e suas controladas contavam com cerca de 40 mil colaboradores. Os custos e despesas com pessoal no exercício, no montante total de R\$ 2,4 bilhões, representaram um crescimento de 4 % em comparação com 2019, ou aproximadamente 9% do faturamento consolidado. O crescimento nas despesas com pessoal foi reflexo dos aumentos salariais concedidos, premiações e indenizações no período. Além dos gastos com salários e encargos obrigatórios, as despesas com pessoal incluem gastos com benefícios oferecidos pela Companhia a seus colaboradores como assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, refeição e educação, transporte, treinamentos internos e externos, entre outros. Como os benefícios são extensivos aos dependentes, o alcance do programa chega a mais de 70 mil pessoas, fortalecendo o bem-estar interno e a retenção de talentos.

Perspectivas e planos da Administração

Iniciamos 2021 acreditando na aceleração do crescimento da economia brasileira. No entanto, com o agravamento da COVID-19 e consequente impacto das políticas de contenção desta epidemia no ritmo das atividades e negócios no país, a expectativa é de mais um ano de desafios. Neste momento atípico, a Companhia está, mais do que nunca, empenhada em manter suas operações de assistência à saúde, contribuindo assim para que o sistema de saúde funcione melhor para todos.

Agradecimentos

A Amil agradece o empenho de seus colaboradores, a confiança de clientes e o apoio de fornecedores, bem como às entidades governamentais e todos que de alguma forma contribuíram às atividades da Companhia em 2020.

São Paulo, 22 de março de 2021.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020		31/12/2019	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Ativo circulante		4.410.499	3.875.083	6.915.181	5.917.655		3.732.771	4.037.895	5.460.181	5.390.605
Disponível		48.223	43.010	324.852	178.811		3.732.771	4.037.895	5.460.181	5.390.605
Realizável		4.362.276	3.832.073	6.590.329	5.738.844	11	2.996.270	3.429.257	2.580.990	2.940.249
Aplicações financeiras	3	3.427.007	3.113.365	3.878.756	3.514.345		103.433	75.425	108.321	96.621
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		3.259.907	2.888.450	3.395.424	3.021.335		75.380	45.909	79.214	65.824
Aplicações livres		167.100	224.915	483.332	493.010		27.990	29.516	29.012	30.760
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	4	526.929	330.021	581.431	368.178		63	-	95	37
Contraprestação pecuniária a receber		197.044	315.634	234.615	353.546		129.145	100.319	317.411	336.842
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis		15.332	14.387	15.549	14.632		129.145	100.319	302.436	321.421
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		314.553	-	331.267	-		13	-	14.975	15.421
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	5	-	-	1.107.397	1.070.781		14	-	461.555	337.448
Créditos tributários e previdenciários	6	290.973	282.481	441.855	395.216		15	503.923	432.894	1.991.904
Bens e títulos a receber		89.102	78.306	530.855	337.316					
Despesas antecipadas		28.265	27.900	50.035	53.008					
Ativo não circulante		13.587.234	13.794.073	13.955.228	13.980.021		1.129.528	1.159.694	2.248.117	2.007.924
Realizável a longo prazo		3.779.201	4.028.463	4.390.232	4.401.195	11	87.753	43.530	95.323	50.336
Aplicações financeiras	3	17.039	21.135	17.039	21.135		611.843	742.769	1.030.829	1.132.418
Outras aplicações		17.039	21.135	17.039	21.135		16	-	55.881	56.645
Créditos tributários e previdenciários	6	485.468	582.488	485.468	628.058		17	611.843	742.769	974.948
Títulos e créditos a receber		9.384	3.887	9.397	2.809					
Ativo fiscal diferido	16	2.648.438	2.876.352	3.166.151	3.137.796					
Depósitos judiciais e fiscais	17,3	508.794	435.691	601.147	500.712					
Outros créditos a receber a longo prazo		110.078	108.910	111.030	110.685		12	368.641	269.382	368.641
Investimentos	7	8.114.042	7.969.620	35.683	35.372		13	-	55.974	69.532
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		7.764.510	7.878.488	-	-		14	-	558.791	313.889
Participações societárias em operadoras de planos de assistência à saúde		664.674	656.118	-	-		15	61.291	104.013	138.559
Participações societárias em rede assistencial		5.678.105	5.829.862	-	-		18	13.135.434	12.471.567	13.162.111
Outras participações societárias		1.421.731	1.392.508	-	-					
Outros investimentos		349.532	91.132	35.683	35.372					
Imobilizado	8	435.824	439.903	5.303.539	5.189.131		12.413.159	12.217.017	12.413.159	12.217.017
Imóveis de uso próprio		273.610	291.212	3.246.156	3.131.494					
Imóveis - hospitalares / odontológicos		-	-	2.884.910	2.750.955					
Imóveis - não hospitalares / odontológicos		273.610	291.212	361.246	380.539					
Imobilizado de uso próprio		53.815	58.455	1.142.611	1.072.889					
Imobilizado - hospitalares / odontológicos		-	-	1.078.715	1.005.184					
Imobilizado - não hospitalares / odontológicos		53.815	58.455	63.896	67.705					
Imobilizações em curso		36.993	15.454	289.448	391.236					
Outras imobilizações		17.406	74.782	625.324	593.512					
Intangível	9	1.258.167	1.356.087	4.225.774	4.354.323					
Total do ativo		17.997.733	17.669.156	20.870.409	19.897.676		17.997.733	17.669.156	20.870.409	19.897.676

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		19.278.922	20.932.205	20.476.644	22.196.708
Receitas com operações de assistência à saúde		19.755.914	21.310.455	21.013.466	22.639.140
Contraprestações líquidas		19.755.808	21.320.580	21.013.360	22.649.265
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		106	(10.125)	106	(10.125)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(476.992)	(378.250)	(536.822)	(442.432)
Eventos indenizáveis líquidos		(15.249.685)	(18.534.194)	(16.033.131)	(19.356.215)
Eventos conhecidos ou avisados		(15.411.424)	(18.361.402)	(16.193.091)	(19.166.801)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		161.739	(172.792)	159.960	(189.414)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		4.029.237	2.398.011	4.443.513	2.840.493
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		61.415	7.416	66.900	8.406
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	20	54.362	662.833	4.921.881	5.555.066
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		-	-	4.742.841	4.852.515
Outras receitas operacionais		54.362	662.833	179.040	702.551
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		-	-	(466.012)	(509.300)
Outras receitas (despesas) operacionais com planos de assistência à saúde	21	(412.623)	(425.706)	(464.428)	(497.265)
Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde		21.683	37.339	21.813	37.506
Provisão para perdas sobre créditos		(255.279)	(302.031)	(281.601)	(340.026)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(179.027)	(161.014)	(204.640)	(194.745)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	22	(8.250)	(6.804)	(5.046.431)	(4.231.872)
Outros custos com assistência à saúde		-	-	(4.870.514)	(4.113.218)
Provisão para perdas sobre créditos		-	-	(148.678)	(142.761)
Outras receitas (despesas) operacionais		(8.250)	(6.804)	(27.239)	24.107
Resultado bruto		3.724.141	2.635.750	3.455.423	3.165.528
Despesas de comercialização		(758.821)	(787.460)	(835.921)	(867.180)
Despesas administrativas	23	(1.660.810)	(1.899.507)	(1.840.199)	(2.166.397)
Resultado financeiro líquido	24	100.715	364.468	61.736	347.548
Receitas financeiras		134.776	450.136	162.095	500.282
Despesas financeiras		(34.061)	(85.668)	(100.359)	(152.734)
Resultado patrimonial	7	(469.175)	(33.555)	(116.082)	(141.004)
Receitas patrimoniais		209.475	276.020	10.083	10.009
Despesas patrimoniais		(678.650)	(309.575)	(126.165)	(151.013)
Resultado antes dos impostos e participações		936.050	279.696	724.957	338.495
Imposto de renda corrente	25	(137.545)	(24.062)	(175.596)	(124.077)
Contribuição social corrente	25	(53.716)	(8.884)	(69.756)	(39.803)
Resultado líquido do exercício	25	(227.731)	(116.466)	37.481	(40.878)
Resultado atribuído aos acionistas:		517.058	130.284	517.086	133.737
Controladores		517.058	130.284	517.058	130.284
Não controladores		-	-	28	3.453
Lucro líquido básico por ação - R\$	18.7	0,05608	0,01503	517.086	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 1. Contexto operacional**
- Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Amil" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 Torre B, 5º ao 21º andar, tem como finalidade a cobertura de custos de assistência médica, hospitalar e odontológica e ainda a participação em outras sociedades (vide nota explicativa nº 7).
- A Companhia é controlada indiretamente pela UnitedHealthCare International IV S.A.R.L., através do Polar II Fundo de Investimento em Participações Multistratégia ("Polar II"), tendo como controlador final a UnitedHealth Group Incorporated ("UHG"), companhia americana com ações negociadas na Bolsa de Nova York.
- Em 2019, a UHG Brasil Participações S.A. ("UHG Brasil") controlada direta do Polar II adquiriu dos acionistas minoritários da Companhia 7,63% do capital social.
- Desta forma a UnitedHealthCare International IV S.A.R.L. passou a deter 100% do capital social da Companhia através de sua controlada direta Polar II e controlada indireta UHG Brasil.
- A perspectiva da Companhia e de suas controladas é contribuir para as grandes mudanças necessárias ao sistema de saúde brasileiro, contemplando a educação dos clientes que utilizam os serviços de saúde; o monitoramento da eficiência dos prestadores de serviços médicos; a responsabilidade legal e ética dos integrantes de toda a cadeia produtiva da saúde suplementar, os modelos de remuneração vigentes; e a formação dos profissionais.
- 1.1. Aquisições, alienações, incorporações e cisões em 2020 e 2019**
- Amil Clinical Research Participações Ltda. ("Amil Clinical")**
A controlada direta Cemed detinha 100% do capital social desta sociedade. Em abril de 2019 após aprovação do Protocolo de Incorporação e Justificação da Sociedade, a Amil Clinical foi incorporada no Cemed.
- COI Participações S.A. ("COI Participações")**
A controlada direta Esho detinha 100% do capital social desta sociedade. Em abril de 2019 após aprovação do Protocolo de Incorporação e Justificação da Sociedade, a COI Participações foi incorporada na Esho.
- Aeromil – Aeromil Taxi Aéreo Ltda. ("Aeromil")**
A Companhia detinha 20% do capital social da Aeromil. Em abril de 2019, a Companhia exerceu o direito de opção de compra de quotas da Aeromil, e adquiriu mais 80%, ficando com uma participação total de 100% do capital social desta sociedade. Em setembro de 2020 após aprovação do Protocolo de Incorporação e Justificação da Sociedade a Aeromil foi incorporada na Amil.
- Hospital Samaritano de São Paulo Ltda. ("HSSP")**
A controlada direta Esho detinha 100% do capital social desta sociedade. Em abril de 2019 após aprovação do Protocolo de Incorporação e Justificação da Sociedade, o HSSP foi incorporado na Esho.
- Centro Médico PJ Ltda. ("CMPJ")**
A controlada indireta Hospital de Clínicas de Jacarepaguá detinha 100% do capital social desta sociedade. Em junho de 2019 após aprovação do Protocolo de Incorporação e Justificação da Sociedade, o CMPJ foi incorporado no Hospital de Clínicas de Jacarepaguá.
- Clínica Oftalmológica Danilo de Castro Ltda. ("Clínica Danilo")**
A controlada indireta Lotten-Eyes Oftalmológica Clínica e Cirúrgica detinha 100% do capital social desta sociedade. Em junho de 2019 após aprovação do Protocolo de Incorporação e Justificação da Sociedade, a Clínica Danilo foi incorporada na Lotten-Eyes Oftalmológica Clínica e Cirúrgica.
- Optum Solutions do Brasil – Tecnologia e Serviços de Suporte Ltda. ("Optum")**
Em julho de 2019, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Optum. Esta sociedade tem por objeto a prestação de serviços de suporte operacional incluindo, mas não se limitando a prestação de serviços de call center para clientes.
- Eye Clinic Oftalmologia Clínico Cirúrgica e Diagnóstica Ltda. ("Eye Clinic")**
Em agosto de 2019, a controlada direta HAT - Hospital Alvorada Taguatinga adquiriu 100% do capital social da Eye Clinic. Esta sociedade tem como objeto a prestação de serviços médicos em geral.
- Instituto do Radium de Campinas Ltda. ("Radium")**
Em agosto de 2019, a controlada indireta COI Clínicas Oncológicas Integradas adquiriu 100% do capital social da Radium. Esta sociedade tem como objeto a prestação de serviços médico-hospitalares.
- Hemonefro Hemodiálise e Nefrologia Ltda. ("Hemonefro")**
A controlada direta Esho detinha 28,50% do capital social da Hemonefro. Em setembro de 2019 adquiriu mais 3,92%, ficando nesta data com uma participação total de 32,42% do capital social desta sociedade.
- Excellion Serviços Biomédicos S.A. ("Excellion")**
A controlada direta Esho detinha 100% do capital social desta sociedade. Em setembro de 2020, 100% das ações foram transferidas para a controlada HAT que por sua vez, efetuou a incorporação da mesma após aprovação do Protocolo de Incorporação e Justificação da Sociedade.

- 2. Políticas contábeis**
- 2.1. Base de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**
- As demonstrações contábeis da Amil e suas controladas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.639/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que são referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com o modelo de publicação estabelecido pela Resolução Normativa ANS nº 435/18.
- Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), as quais serão aplicáveis às operadoras de saúde somente quando aprovadas pela ANS. Os pronunciamentos técnicos ainda não aprovados pela ANS até a data dessas demonstrações contábeis são:
- CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil;
 - CPC 11 - Contratos de seguro;
 - CPC 47 - Receita de contrato com cliente; e
 - CPC 48 - Instrumentos financeiros.
- Atualmente não é possível estimar quando a ANS irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.
- A diretoria da Amil revisou, discutiu, aprovou e autorizou a publicação das demonstrações contábeis em reunião realizada em 22 de março de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.
- 2.2. Bases de consolidação, investimentos e combinação de negócios**
- 2.2.1. Base de consolidação**
- As demonstrações contábeis consolidadas compreendem a Companhia e as suas empresas controladas direta e indiretamente, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1. e nº 2.2.2. Essas controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. As práticas contábeis foram consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas e também são uniformes em relação àquelas utilizadas nos exercícios anteriores. Na consolidação são eliminados os investimentos nas sociedades controladas diretas e indiretas, assim como todos os registros provenientes de transações entre essas sociedades.
- 2.2.2. Investimentos e combinação de negócios**
- As participações em empresas controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.
- A Companhia adota o método de aquisição em combinações de negócios, quando adquire controle de uma investida. Nessas operações os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos, inclusive o ágio por expectativa de rentabilidade futura são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de acionista não controlador na adquirida pela parcela proporcional da participação do mesmo no valor justo de ativos líquidos da adquirida.
- O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. De outro modo quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.
- O ágio registrado como ativo intangível nas demonstrações consolidadas e como investimento na individual não está sujeito à amortização. O ágio é atribuído a cada unidade geradora de caixa e o teste de recuperabilidade (teste de impairment) é efetuado pelo menos uma vez ao ano, durante o quarto trimestre, ou quando existirem eventos e/ou circunstâncias que indiquem perda do valor recuperável. Quando identificado que o ágio registrado não será recuperado integralmente, é efetuada baixa definitiva da respectiva parcela do ágio na demonstração de resultados.
- As demonstrações contábeis consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas e estão demonstradas no quadro abaixo. Nos percentuais apresentados estão considerados a participação direta e indireta da Companhia:

	Aquisição/ reestruturação	Participação Total (%)	
		31/12/2020	31/12/2019
Controladas diretas			
Operadora de planos de saúde			
Plano de Saúde Ana Costa Ltda. (ii)	jul/17	100,00%	100,00%
Santa Helena Assistência Médica S.A.	out/16	100,00%	100,00%
Assistência médico-hospitalar			
Cemed Care – Empresa de Atendimento Clínico Geral Ltda.	jun/07	100,00%	100,00%
HAT - Hospital Alvorada Taguatinga Ltda.	dez/09	100,00%	100,00%
Esho – Empresa de Serviços Hospitalares S.A.	fev/10	99,71%	99,71%
Amil Internacional S.a.r.l	jan/13	100,00%	100,00%
Seisa Serviços Integrados de Saúde Ltda.	dez/15	100,00%	100,00%
Outros investimentos			
Bosque – Bosque Medical Center S.A.	jun/07	100,00%	100,00%
ETHO – Empresa de Tecnologia Hospitalar Ltda.	ago/10	90,06%	90,06%
Elial Participações S.A.	out/16	100,00%	100,00%
Santos Administração e Participações S.A. (ii)	jul/17	100,00%	100,00%
Optum Solutions do Brasil – Tecnologia e Serviços de Suporte Ltda. (ii)	ago/19	100,00%	100,00%
Controladas indiretas			
Operadora de planos de saúde			
APS Assistência Personalizada à Saúde Ltda. (ii)	set/18	100,00%	100,00%
Sobam - Centro Médico Hospitalar S.A.(ii)	set/18	100,00%	100,00%
Assistência médico-hospitalar			
Amico Saúde Ltda.	set/14	100,00%	100,00%
Lusiadas S.G.P.S.	mar/13	100,00%	100,00%
Lusiadas - Parafarmas Cascais, S.A.	mar/13	100,00%	100,00%
Clínica Médico Cirúrgica de Santa Tecla S.A.	mar/13	100,00%	100,00%
Clisa - Clínica de Santo Antonio S.A.	mar/13	100,00%	100,00%
COI - Clínicas Oncológicas Integradas S.A.	ago/15	100,00%	100,00%
CMS - Central de Manipulação e Serviços Farmacêuticos S.A.	ago/15	100,00%	100,00%
Hospitais Associados de Pernambuco Ltda.	dez/15	100,00%	100,00%
Dilab Medicina Nuclear Lda.	dez/15	95,00%	95,00%
Topimagem Diagnóstico por Imagem Ltda.	dez/15	99,00%	99,00%
Multiangio Ltda.	dez/15	93,00%	93,00%
Hemonefro Hemodiálise e Nefrologia Ltda. (i) (ii)	dez/15	32,42%	32,42%
Hospital de Clínicas de Jacarepaguá Ltda.	fev/16	100,00%	100,00%
Casa de Saúde Santa Teresinha Ltda.	ago/16	100,00%	100,00%
Hospital Santa Helena S.A.	out/16	100,00%	100,00%
Lotten-Eyes Oftalmologia Clínica e Cirúrgica Ltda.	out/16	100,00%	100,00%
CMO – Centro Médico de Oftalmologia Ltda.	out/16	100,00%	100,00%
Hospital Ana Costa S.A. (ii)	jul/17	100,00%	100,00%
Centro Médico Hospitalar Pitangueiras Ltda. (ii)	set/18	100,00%	100,00%
Eye Clinic Oftalmologia Clínico Cirúrgica e Diagnóstica Ltda. (ii)	set/19	100,00%	100,00%
Instituto do Radium de Campinas Ltda. (ii)	set/19	100,00%	100,00%
Outros investimentos			
Lusiadas A.C.E.	mar/13	100,00%	100,00%

- (i) A Companhia possui influência significativa sobre essa investida;
- (ii) Para essas investidas utilizamos para o último mês do exercício uma estimativa.
- 2.3. Reconhecimento da receita e custo com prestação de serviços**
- As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e o atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios. Estas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre as vendas. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata dia - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As receitas com atendimento médico-hospitalar a terceiros são apropriadas pelo regime de competência.
- Os custos com serviços prestados englobam os eventos indenizáveis, serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados pela rede credenciada aos beneficiários dos planos de assistência à saúde comercializados pelas operadoras controladas e os custos com a operação da rede própria de assistência médico-hospitalar. Os eventos indenizáveis são reconhecidos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte destas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão. Os custos com a rede própria são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- 2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis e conversão de moeda estrangeira**
- As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Cada controlada determina sua própria moeda funcional, e naquelas cuja moeda funcional é diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que, por sua relevância, são convertidas pela taxa da data da transação. Todas as diferenças de câmbio são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, sob o título de Ajuste Acumulado de Conversão.
- As transações com moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pela taxa de câmbio do fim do período dos ativos e passivos monetários em outras moedas são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira.
- 2.5. Disponível**
- Inclui caixa, que são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e depósitos bancários.
- 2.6. Aplicações financeiras**
- Incluem aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".
- A Companhia e suas controladas mantêm aplicações financeiras garantidoras, vinculadas e lastreadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS (vide nota explicativa nº 3).
- 2.7. Créditos de operações em planos de assistência à saúde**
- As contraprestações pecuniárias a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações de operações de planos de assistência à saúde.
- 2.8. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora**
- Créditos relacionados com a prestação de serviços médico-hospitalares, registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de receitas com outras atividades.
- 2.9. Estoques**
- Registrados pelo método do custo médio de aquisição e demonstrados no balanço pelo menor valor entre custo e realização. Os estoques representam materiais médico-hospitalares e medicamentos utilizados pela rede própria na prestação de serviços de assistência médica.
- 2.10. Investimentos**
- As participações em sociedades controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, haja vista a existência de influência significativa sobre as mesmas.
- 2.11. Imobilizado**
- Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se for o caso. Os juros sobre empréstimos diretamente atribuíveis à construção de novas unidades hospitalares (ativo qualificável) são capitalizados com o parte do custo do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, as taxas são mencionadas na nota explicativa nº 8.
- Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios.
- Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
- O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.
- 2.12. Arrendamentos**
- A classificação dos contratos de arrendamento é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios de propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.
- Os novos contratos de arrendamento não possuem características de arrendamento financeiro, porém, para os contratos ainda remanescentes, são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada pela vida útil.
- 2.13. Intangível**
- Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável (impairment), quando aplicável. Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de softwares, são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos intangíveis com vida útil definida são

- amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação de recuperabilidade, assim como os ativos com vida útil indefinida. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.
- Os ágios gerados nas aquisições foram amortizados pelo método linear à taxa de 10% a.a. até 31 de dezembro de 2008, quando por determinação da Lei nº 11.638/07, passaram, apenas, a ser submetidos a teste anual de ajuste ao seu provável valor recuperável (vide nota explicativa nº 9).
- Os ganhos ou as perdas resultantes das baixas ou vendas de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido e o valor contábil do respectivo ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado.
- 2.14. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")**
- O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.
- A Administração revisa anualmente, ou sempre que surgirem indícios de impairment, o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.
- 2.15. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**
- Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.
- 2.16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**
- 2.16.1. Ativos contingentes** - Reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- 2.16.2. Passivos contingentes** - Provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;
- 2.16.3. Obrigações legais** - Registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de tributos.
- 2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**
- a) Tributos correntes**
- A provisão para os tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois é ajustado por adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.
- O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do mencionado lucro excedente a R\$ 240 no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Com exceção das controladas Lotten, CMO, Hemonefro, Eye Clinic e Radium que o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelo lucro presumido.
- A provisão para os tributos sobre a renda é calculada individualmente por empresa, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, exceto pelas controladas localizadas no exterior, onde são observadas as alíquotas fiscais válidas em suas jurisdições.
- A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária brasileira em vigor, promulgada até a data de encerramento do exercício, cujos efeitos devam ser refletidos nesse mesmo exercício.
- A Administração avalia periodicamente a legislação tributária em vigor, submetendo-a às melhores técnicas interpretativas e decisões internas sobre procedimentos e pagamentos às autoridades fiscais.
- b) Tributos diferidos**
- O tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.
- Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os tributos diferidos ativos são registrados em decorrência das diferenças temporárias dedutíveis, sempre que a Companhia tiver expectativa de lucro tributável futuro, em montante suficiente para utilização das diferenças temporárias dedutíveis.
- A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período do relatório conforme disposições e critérios contidos no CPC 32, complementado pela regulamentação da ANS.
- A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia opera, no final de cada período de relatório, recuperando ou liquidando o valor contábil desses ativos e passivos.
- c) Tributos sobre a renda correntes e diferidos**
- Os tributos sobre a renda diferidos sobre a renda são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a registros em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que seguem o mesmo critério de reconhecimento contábil. Especificamente, no caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.
- De acordo com a Lei nº 12.973/14, o resultado das subsidiárias no exterior deverá ser tributado à taxa nominal de 34% no Brasil, e o imposto pago no exterior por essas subsidiárias poderá ser compensado no Brasil.
- Os detalhes estão divulgados nas notas explicativas nº 16 e 25.
- 2.18. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**
- Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas pela (I) Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG), constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; (II) Provisão para remissão, constituída em função do falecimento do titular do plano para permanência dos dependentes deste por até sessenta meses. A metodologia de cálculo tem como base a estimativa de sinistros futuros dos beneficiários e leva em consideração a expectativa de permanência destes no plano até a sua saída. Os custos médios destes beneficiários estão estabelecidos em nota técnica atuarial e levam em consideração a faixa etária e taxa de juros (Selic) como premissas de cálculo; (iii) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela operadora. Inclui o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS); (iv) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), calculada com base em metodologia diferenciada, consubstanciada em nota técnica atuarial ou com base em metodologia estabelecida pela ANS; e (v) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) – SUS, constituída com base em metodologia estabelecida pela ANS (vide nota explicativa nº 11).
- 2.19. Receita antecipada de contraprestação**
- Basicamente, contraprestações emitidas e pagas antecipadamente ao seu período de cobertura. Este passivo está representado pela obrigação de prestar o serviço e caso não se concretize, pela devolução do dinheiro recebido.
- 2.20. Empréstimos, financiamentos e mútuos**
- Empréstimos e financiamentos a pagar e contratos de mútuos com a UHG são registrados pelo valor do principal, acrescidos dos encargos financeiros proporcionais até a data do balanço.
- Todos os custos de empréstimos são registrados como despesa financeira no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.
- 2.21. Instrumentos financeiros**
- a) Ativos financeiros**
- A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos nas seguintes categorias:
- **Valor justo por meio do resultado** – Ativos financeiros adquiridos e mantidos com o propósito de negociação no curto prazo, mensurados ao valor justo, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado financeiro do exercício. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.
 - **Empréstimos e recebíveis** – Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).
 - **Os recebíveis compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.**
- **Impairment de ativos financeiros** - A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.
- Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Companhia e suas controladas mensuram a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão na demonstração do resultado.
- Se num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido, a reversão da perda por impairment será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.
- b) Passivos financeiros**
- Os passivos financeiros são classificados nas categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.
- **Valor justo por meio do resultado** - Registrados inicialmente ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no custo efetivo.
 - **Outros passivos financeiros** - Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e fornecedores.
- A Companhia e suas controladas baixam seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.
- c) Instrumentos financeiros derivativos**
- As controladas da Companhia mantêm instrumentos financeiros derivativos somente para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda, não realizando qualquer outra operação de derivativos ou de caráter especulativo.
- **Valor justo por meio do resultado** - Os instrumentos derivativos designados em operação de hedge são reconhecidos ao seu valor justo na data em que são contratados e são posteriormente mensurados a valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivo financeiro quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado do exercício.
- As controladas da Companhia não adotam a política de hedge (hedge accounting) e por isso todos os resultados derivados da marcação do instrumento financeiro derivativo foram lançados como receita ou despesa na demonstração do resultado do exercício.
- 2.22. Estimativas e julgamentos críticos**
- A preparação das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros. As estimativas que tiveram efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:
- a) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro**
- A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos e passivos fiscais diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerador e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.
- b) Redução de valor recuperável de ágio**
- Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável é necessário fazer estimativa do valor em um das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.
- c) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível de vida útil definida**
- Conforme descrito nas notas explicativas nº 11 e 2.13, a Companhia e suas controladas revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do ativo intangível de vida útil definida anualmente. Durante o exercício corrente, a Administração revisou a vida útil dos bens do imobilizado relacionados a beneficiárias, da estimativa de suas carteiras de beneficiários de planos de saúde e de suas marcas (ativo intangível).
- d) Provisões para ações judiciais**
- A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para ações judiciais tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas, conforme descrito na nota explicativa nº17. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica da Companhia e suas controladas. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e suas controladas, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.
- e) Provisão de eventos decorrentes de transações**
- A Companhia e suas controladas SHAM, PSAAC, Sobam e APS constituem mensalmente Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) para fazer frente aos pagamentos dos eventos ocorridos e não registrados contabilmente. O valor desta provisão é estimado conforme cálculo atuarial próprio.
- f) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios**
- A Companhia e suas controladas alocam o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da empresa adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia e suas controladas exercem julgamentos significativos nos processos de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis e de avaliação de tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.
- A Administração não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do custo de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.
- g) Provisão para perdas sobre créditos**
- A Companhia e suas controladas consideram para cálculo da provisão para perdas esperadas sobre créditos os diferentes riscos de acordo com as peculiaridades de cada segmento, como segue:
- **Contraprestações pecuniária a receber** - A provisão para perdas estimadas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais.
 - **Contas a receber de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde** - A provisão para perdas estimadas sobre créditos com operações de serviços médico-hospitalares é constituída com base no histórico de perdas com títulos emitidos contra convênios e particulares. A estimativa de perdas é revisada periodicamente pela Administração para adequá-la à evolução da inadimplência dessas operações.
- 2.23. Teste de adequação de passivos – TAP**
- Conforme a Resolução Normativa - RN nº 393, de 23 de novembro de 2018, o TAP para a data-base 2020, utiliza métodos atuariais, estatísticos e financeiros com base em considerações realistas para estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde na modalidade de pré-pagamento. O teste foi realizado utilizando os seguintes parâmetros:
- Os contratos foram segregados, entre as modalidades: individual, coletiva empresarial, coletiva por adesão e coresponsabilidade assumida;
 - As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram apuradas considerando as vigências dos contratos, limitadas ao máximo de 8 (oito) anos;
 - Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte foi utilizada a tábua BR-EMSSb-V.2015-F vigente e ajustada, quando for o caso, por critério de desenvolvimento de longevidade;
 - As premissas utilizadas para projeções de receitas e despesas foram baseadas na experiência observada pela operadora;
 - As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA;
- A aplicação do Teste de Adequação de Passivos (TAP) foi obtida pela subtração entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, descontadas a valor presente de premissas definidas neste estudo, e o valor presente do fluxo de caixa obtido foi positivo para a Amil Assistência Médica Internacional S.A. e para as demais operadoras do grupo. Sendo assim, não foi necessário a constituição de novos passivos pela Companhia e suas controladas.
- 2.24. Novas normas contábeis emitidas e/ou revisadas**
- As normas IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, IFRS 15 (CPC 47) – Receitas de Contratos com Clientes e IFRS 16 (CPC 06 R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, tiveram aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2018 e 01 de janeiro de 2019 no caso do IFRS 16. Entretanto, porém ainda não foram aprovadas pela ANS e, portanto, não adotadas até a data de emissão destas demonstrações contábeis individuais e

COVID-19. A Companhia e suas controladas optaram pela constituição da PEONA SUS em 2020 e a PIC para 2021.

Resolução Normativa nº 451 de 06 de março de 2020 e alterações dadas pelas RN nº 461 e RN nº 463 ambas de 4 de novembro de 2020. Dispõe sobre os critérios para definição do Capital Regulatório das Operadoras de Plano de Assistência à Saúde. A RN torna obrigatória a adoção do capital baseado em risco como um dos parâmetros para a definição do capital regulatório, abandonando a regra atual de margem de solvência a partir do final de 2022. Com isso, as operadoras passaram a poder calcular o capital regulatório baseado no seu próprio risco. A RN permite às operadoras escolher entre duas opções para a apuração do capital regulatório até dezembro 2022. Para as operadoras que optaram pela antecipação, a data de início foi de 31 de março de 2020. Para as operadoras que não optaram pela antecipação, permanecerão no escalonamento da margem de solvência atualmente vigente até dezembro de 2022. A Companhia e suas controladas não optaram pela adoção antecipada, permanecendo no escalonamento da margem de solvência até dezembro de 2022.

A RN nº 461, além da RN nº 451 altera também as RN nº 393 e a RN nº 407. A principal alteração foi na RN nº 451, passando a exigir a parcela do risco de crédito, já que nesta RN previa primeiramente somente o requerimento de capital referente ao risco de subscrição. Esta resolução terá vigência a partir de 1º de março de 2021.

A RN nº 463 amplia as exigências para composição do capital regulatório das operadoras. Entre as normas atingidas por esta RN está a Instrução Normativa nº 50 que foi revogada, a qual tratava dos ajustes que deveriam ser considerados no patrimônio líquido das operadoras para avaliação de suficiência em relação à margem de solvência ou ao capital base exigido.

A RN nº 463 acrescenta o requerimento padrão referente ao risco de crédito às regras de capital regulatório que devem ser seguidas pelas operadoras de planos de saúde. Para isso, promoveu alterações na RN nº 451. A inclusão dessa exigência faz parte do cronograma previamente estabelecido na própria normativa, que visa incentivar a boa gestão de riscos pelas operadoras, contribuindo para sustentabilidade do mercado e ampliando a segurança para os beneficiários.

2.2.5. Efeitos da Pandemia de COVID-19

Em dezembro 2019, após primeiras informações sobre o novo coronavírus, emitidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a Companhia estabeleceu modelo de gestão de crises composto por diversos comitês, com o objetivo de dedicar a realizar ações preventivas, dinâmicas e integradas para o enfrentamento da pandemia. O quadro de profissionais da linha de frente e os estoques de materiais médicos e medicamentos da rede própria assistencial foram reforçados de modo assegurar a continuidade do atendimento médico a milhares de pacientes.

Em março de 2020, com os primeiros casos no país e o início das medidas governamentais para controle da pandemia, em especial as que determinaram o isolamento social, com fechamento parcial de diversas atividades, observamos uma redução brusca e relevante no atendimento médico em nossa rede própria e credenciada, com impacto significativo nas receitas da rede assistencial e custo médico da Companhia e suas controladas.

A deterioração do cenário macroeconômico do país em 2020, com queda acentuada do PIB, contribuiu para perda de beneficiários, mudança para planos com rede restrita e consequente redução de 7% nas receitas com operações de planos em relação ao ano anterior. Observamos também um aumento temporário na inadimplência ao longo do segundo trimestre do ano, porém encerramos o exercício com a inadimplência em linha com anos anteriores.

As receitas com aplicações financeiras sofreram flutuações ao longo do ano pela marcação a mercado, porém encerraram o ano próximas a 100% da variação do CDI.

Em 31 de agosto de 2020, ANS determinou a postergação para 2021 da cobrança de reajustes dos contratos de plano de saúde. Esta medida prejudicou a geração de caixa em 2020, porém não impactou os resultados contábeis apresentados, uma vez que estes reajustes foram reconhecidos como receita do exercício de 2020 (R\$ 334 milhões), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A partir do terceiro trimestre, observamos um retorno na procura por atendimento médico de rotina e eletivo, com aumento na sinistralidade da Companhia e receitas da sua rede assistencial com serviços a beneficiários de outros convênios e pacientes particulares. O custo dos serviços prestados pela rede própria continuou pressionado pela necessidade de pessoal adicional e aumento nos preços e consumo de materiais e medicamentos para tratamento dos pacientes infectados pelo coronavírus. Para manter as operações e investimentos necessários, a Companhia aportou R\$ 531,8 milhões nas suas unidades hospitalares e clínicas em 2020.

Apesar dos desafios no enfrentamento da pandemia e suas consequências, a Companhia encerrou o exercício de 2020 com resultado líquido satisfatório, com suficientes ativos garantidores e boa margem de solvência.

Todos os possíveis impactos relacionados à pandemia continuam sendo monitorados de forma contínua. A Administração da Companhia permanece atenta ao agravamento da pandemia e de seus efeitos negativos sobre as economias global e local, bem como sobre os negócios, dado o atual cenário de aumento no número de infectados e a adoção de medidas adicionais de isolamento social.

3. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações livres				
CDB e operação compromissada (iii)	102.187	157.893	196.664	210.894
Fundos de investimentos abertos (i)	52.731	41.251	264.986	238.265
Fundo exclusivo (ii)	12.182	25.771	21.682	43.851
Subtotal	167.100	224.915	483.332	493.010
Outras aplicações (iv)				
Fundo exclusivo (ii)	17.039	21.135	17.039	21.135
Aplicações garantidoras de provisões técnicas vinculadas (v)				
Fundos de investimentos abertos (i)	1.779.659	1.750.186	1.915.176	1.883.071
Carteira administrada (vii)	87.460	85.790	87.460	85.790
Não vinculadas (vi)				
Fundo exclusivo (ii)	1.392.788	1.052.474	1.392.788	1.052.474
Subtotal	3.259.907	2.888.450	3.395.424	3.021.335
Total	3.444.046	3.134.500	3.895.795	3.535.480
Circulante	3.427.007	3.113.365	3.878.756	3.514.345
Não circulante	17.039	21.135	17.039	21.135
Total	3.444.046	3.134.500	3.895.795	3.535.480

- (i) As aplicações financeiras em fundos de investimento aberto são realizadas de acordo com a política de investimentos definida pela Administração. Estão sujeitas a variações nas taxas de juros do mercado financeiro, ao risco de crédito de seus emissores, e estão indexadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O valor de mercado das quotas destes investimentos financeiros foi apurado com base nos valores de quotas destes fundos, informado pelos administradores dos respectivos fundos. Assim sendo, a Companhia e suas controladas podem ser chamadas a responder pelas taxas de funcionamento do fundo;
- (ii) Fundo de investimento restrito às empresas do grupo UHG. Estes fundos aplicam seus recursos em cotas de outros fundos de renda fixa, administrados pelos bancos gestores, com perfil de risco baixo;
- (iii) Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas emitidos por bancos de primeira linha, possuem liquidez diária e a remuneração está indexada à variação do CDI. Estas aplicações poderão, a qualquer momento, ser resgatadas sem prejuízo do seu rendimento;
- (iv) Saldo de aplicação financeira bloqueado judicialmente em 31 de dezembro de 2020;
- (v) A Companhia, de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 392/15 e alterações, constituiu ativos garantidores em favor da ANS com aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, essas aplicações financeiras são compostas por cotas de fundos de investimento dedicados da ANS. Os ativos garantidores foram constituídos em montante suficiente como determinado pela ANS;
- (vi) Aplicações financeiras não vinculadas classificadas como garantidoras das provisões técnicas para atender necessidade de lastro, conforme RN ANS nº 390/15 e 392/15. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, essas aplicações financeiras são compostas por cotas de fundo de investimento aberto. Os ativos garantidores foram constituídos em montante suficiente como determinado pela ANS;
- (vii) Carteira de investimentos gerida por instituição contratada, sendo responsável tanto pela alocação quanto estratégia de investimentos.
- Em 2020, o rendimento das aplicações financeiras da Companhia e suas controladas ficou na média de 77% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2019, 95% do CDI.

4. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O saldo deste grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Planos médico-hospitalares				
Planos coletivos	228.388	314.719	248.510	341.400
Planos individuais	39.837	99.773	64.577	132.739
Subtotal	268.225	414.492	313.087	474.139
Planos odontológicos				
Planos coletivos	8.570	6.542	8.650	6.688
Planos individuais	19.288	19.664	19.320	19.698
Subtotal	27.868	26.206	27.970	26.386
Participação de beneficiários em eventos / sinistros indenizáveis	15.332	14.387	15.549	14.632
Outros créditos de operações de AMH (i)	314.553	-	331.267	-
Total	625.978	455.085	687.873	515.157
Provisão para perdas sobre créditos	(99.049)	(125.064)	(108.442)	(148.979)
Total líquido	526.929	330.021	579.431	366.178

(i) Em decorrência da pandemia de COVID-19, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através do Comunicado nº 85 de agosto de 2020 suspendeu a aplicação do reajuste de planos de saúde por variação de custo (anual) e por mudança de faixa etária. Sendo a cobrança do reajuste efetivada ao longo do exercício de 2021. Em outubro de 2020, a ANS divulgou em seu sítio oficial um aviso com orientações quanto ao tratamento contábil do reajuste. Em conformidade com as alterações dadas pela ANS, a Companhia e suas controladas efetuaram o reconhecimento da receita em 2020.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	442.382	128.844	484.810	147.289
Vencidos				
Até 30 dias	84.470	168.488	94.567	188.013
De 31 a 60 dias	25.754	46.942	28.848	56.140
De 61 a 90 dias	15.534	26.587	16.690	30.849
Há mais de 90 dias	57.838	84.224	62.958	92.866
Subtotal	183.598	326.241	203.063	367.868
Total	625.978	455.085	687.873	515.157
Movimentação da provisão para perdas				
Saldos no início do exercício	(125.064)	(104.934)	(146.979)	(117.311)
Constituições e reversões	277.575	235.443	316.344	263.631
Baixas	(99.049)	(125.064)	(106.442)	(148.979)

5. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

O saldo deste grupo refere-se a valores a receber de clientes por serviços não relacionados aos planos de saúde, basicamente atendimento hospitalar a não conveniados dos planos de saúde comercializados pela Companhia e suas controladas, cuja composição é demonstrada abaixo:

Composição por tipo de cliente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoa jurídica	1.246.529	1.167.686	1.246.529	1.167.686
Pessoa física	55.925	51.267	55.925	51.267
Total	1.302.454	1.218.953	1.302.454	1.218.953
Provisão para perdas sobre créditos	(195.057)	(148.172)	(195.057)	(148.172)
Total líquido	1.107.397	1.070.781	1.107.397	1.070.781

Composição por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	527.635	498.364	527.635	498.364
Vencidos				
Até 30 dias	168.443	127.038	168.443	127.038
De 31 a 60 dias	74.218	106.992	74.218	106.992
De 61 a 90 dias	57.054	77.843	57.054	77.843
De 91 a 120 dias	53.857	48.703	53.857	48.703
De 121 a 150 dias	15.371	25.578	15.371	25.578
De 151 a 180 dias	23.962	30.401	23.962	30.401
Há mais de 180 dias	381.914	304.034	381.914	304.034
Subtotal	774.818	720.589	774.818	720.589
Total	1.302.454	1.218.953	1.302.454	1.218.953

Movimentação da provisão para perdas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos no início do exercício	(148.172)	(142.741)	(148.172)	(142.741)
Constituições e reversões	(146.411)	(128.952)	(146.411)	(128.952)
Baixas	133.621	124.838	133.621	124.838
Ajuste de conversão	(34.095)	(1.269)	(34.095)	(1.269)
Aquisição de empresas	-	(48)	-	(48)
Saldos no fim do exercício	(195.057)	(148.172)	(195.057)	(148.172)

6. Créditos tributários e previdenciários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
INSS (i)	618.168	706.165	628.983	709.801
IRPJ e CSLL	156.936	155.355	285.532	292.668
PIS e COFINS	1.337	2.574	6.709	7.498
ISS	-	875	5.053	12.605
Outros	-	-	1.046	702
Total	776.441	864.969	927.323	1.023.774
Circulante	290.973	282.481	441.955	395.216
Não circulante	485.468	582.488	485.468	628.558
Total	776.441	864.969	927.323	1.023.774

(i) Basicamente crédito de INSS sobre pagamentos a autônomos decorrente de ação judicial transitada em julgado. Parte substancial deste saldo está registrado no ativo não circulante em função da expectativa de realização.

7. Investimentos

Os saldos de investimentos na controladora incluídos os valores de ágio por expectativa de rentabilidade futura e as principais informações das participações societárias em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão resumidos a seguir:

	Resultado	Patrimônio líquido	Participação no capital (%)	Participação no capital	Ágio na aquisição (iv)	31/12/2020		
						Total	Participação no capital	Ágio na aquisição
Participações societárias em operadoras de planos de assistência à saúde								
PSAC	(1.855)	104.734	74,86	78.403	54.508	132.911	83.857	56.867
SHAM	3.496	554.183	77,71	430.644	101.119	531.763	412.980	102.414
Subtotal				509.047	155.627	664.674	496.837	159.281
Participações societárias em rede assistencial								
Cemed Care	29.232	155.511	100,00	155.511	-	155.511	117.554	-
Esho	(70.815)	4.320.020	99,71	4.307.200	162.829	4.470.029	4.473.387	162.829
HAT	(78.056)	1.190.410	84,12	1.001.321	-	1.001.321	1.029.642	-
Seisa	614	25.310	100,00	25.310	25.934	51.244	20.211	26.239
Subtotal				5.489.342	188.763	5.678.105	5.640.794	189.068
Outras participações societárias								
Aeromil (i)	-	-	-	-	-	20.706	-	20.706
Amil Internacional	(11.632)	435.268	100,00	435.268	-	435.268	381.796	-
Bosque	17.361	658.995	83,05	547.265	19.944	567.209	551.115	19.947
Elual	(830)	129.029	60,00	77.423	190.054	267.477	74.230	193.894
Optum	174	34.788	100,00	34.788	-	34.788	29.684	-
Etho	-	(8)	90,06	(7)	-	-	-	-
Santos Administração	(470)	26.375	100,00	26.375	90.621	116.996	26.041	95.095
Subtotal				1.121.112	300.619	1.421.731	1.083.572	308.936
Outros investimentos								
Total				7.119.501	645.009	8.114.042	7.221.203	657.285

(i) Em setembro de 2020 a controlada direta Aeromil foi incorporada pela Companhia (vide nota explicativa nº 1.1).

A movimentação dos saldos de investimentos da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	Aquisição	Incorporação	JCP/Dividendos	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Resultados abrangentes (i)	Resultado de operações com não controladores	3
--	------------	-----------	--------------	----------------	--------------------	--------------------------	----------------------------	--	---

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
Taxa de depreciação anual (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis de uso próprio				
Imóveis - hospitalares / odontológicos				
Terrenos	-	585.919	-	585.919
Edifícios	4,00	2.947.782	(648.791)	2.298.991
Subtotal		3.533.701	(648.791)	2.884.910
Imóveis não hospitalares / odontológicos				
Terrenos	-	111.625	-	111.625
Edifícios	4,00	443.660	(194.039)	249.621
Subtotal		555.285	(194.039)	361.246
Imobilizado de uso próprio				
Imobilizado - hospitalares / odontológicos				
Instalações	10,00	507.224	(258.592)	248.632
Equipamentos de informática	20,00	190.625	(142.955)	47.670
Móveis e utensílios	10,00	288.093	(209.284)	78.809
Máquinas e equipamentos	10,00	2.221.449	(1.518.318)	703.131
Veículos	20,00	10.256	(9.783)	473
Subtotal		3.217.647	(2.138.932)	1.078.715
Imobilizado - não hospitalares / odontológicos				
Instalações	10,00	56.221	(53.891)	2.330
Equipamentos de informática	20,00	134.571	(102.623)	31.948
Móveis e utensílios	10,00	63.818	(49.075)	14.743
Veículos	20,00	34.222	(19.347)	14.875
Subtotal		288.832	(224.936)	63.896
Imobilizações em curso (i)	-	289.448	-	289.448
Outras imobilizações (ii)	7,00	917.956	(292.632)	625.324
Subtotal		1.207.404	(292.632)	914.772
Total		8.802.869	(3.499.330)	5.303.539

(i) Basicamente obras nas unidades de empresas controladas;
 (ii) Basicamente benfeitorias em imóveis de terceiros.

Movimentação do imobilizado

	Consolidado				
	Terrenos, edifícios, instalações e benfeitorias	Equipamentos, máquinas, móveis e utensílios	Imobilizações em curso	Veículos	Total
Saldos em 31/12/2018	3.451.199	861.281	765.300	30.265	5.108.045
Adições	13.565	85.837	360.065	23	459.490
Baixas (i)	(4.224)	(4.931)	(23.889)	(34)	(33.078)
Depreciação	(188.512)	(191.355)	-	(2.573)	(382.440)
Transferência (ii)	620.130	102.938	(710.111)	-	12.957
Aquisição de empresas	6.270	13.087	-	-	19.357
Reversão de impairment	320	42	-	-	362
Ajuste de conversão de moedas	3.382	1.182	(129)	3	4.438
Saldos em 31/12/2019	3.902.130	868.081	391.236	27.684	5.189.131
Adições	2.865	55.093	355.275	275	413.508
Baixas (i)	(6.603)	(3.112)	(1.375)	(10.244)	(21.334)
Depreciação	(189.771)	(203.376)	-	(2.020)	(395.167)
Transferência (ii)	333.156	126.948	(472.298)	(64)	(12.258)
Impairment	(18.973)	-	-	-	(18.973)
Reversão de impairment	-	1.524	-	-	1.524
Ajuste de conversão de moedas	99.638	31.143	16.610	(283)	147.108
Saldos em 31/12/2020	4.122.442	876.301	289.448	15.348	5.303.539

(i) Em 2020, basicamente venda de imobilizado, rescisão de contrato por devolução de imóvel alugado e obsolescência. Em 2019, venda de imóvel, baixa de benfeitorias por rescisão de contrato de aluguel e cancelamento de contrato de obra;
 (ii) Em 2020, (R\$ 12.195) transferência de itens para o intangível e (R\$ 63) transferência de Pis e Cofins retidos. Em 2019, transferência de R\$ 10.823 do intangível referente à alocação de ágio da sociedade Radium, (R\$ 1.739) transferência de imóvel para propriedades para investimento da controladora indireta Lusladas e R\$ 3.873 transferência de itens do intangível para o imobilizado.

Movimentação do intangível

	Consolidado				Controladora	
	31/12/2020		31/12/2019		Total	
	Software	Carteira de Clientes	Marcas	Ágio em empresas incorporadas		
Saldos em 31/12/2018	311.082	12.221	447.320	584.139	1.354.762	1.354.762
Adições	190.319	-	-	-	190.319	190.319
Baixas	(6.244)	-	-	-	(6.244)	(6.244)
Amortizações	(92.122)	(1.647)	(85.638)	-	(179.407)	(179.407)
Transferências	(3.343)	-	-	-	(3.343)	(3.343)
Saldos em 31/12/2019	399.692	10.574	361.682	584.139	1.356.087	1.356.087
Adições	83.855	-	-	-	83.855	83.855
Baixas	(25)	-	-	-	(25)	(25)
Amortizações	(90.604)	(2.340)	(90.947)	-	(183.891)	(183.891)
Transferências	2.141	-	-	-	2.141	2.141
Saldos em 31/12/2020	395.059	8.234	270.735	584.139	1.258.167	1.258.167

	Consolidado				Controladora	
	Taxa média anual de amortização (%)	Custo líquido de impairment	Amortização acumulada	31/12/2020 Intangível líquido	31/12/2019 Intangível líquido	Total
Vida útil definida						
Marcas (v)	20,00	-	744.719	(339.188)	405.531	506.457
Software (i)	20,00	-	949.798	(465.006)	484.792	478.604
Acordo de não competição	20,00	-	152.003	(120.980)	31.023	63.062
Carteira de clientes (ii)	24,00	-	157.503	(115.837)	41.666	50.578
Direito de exploração (iii)	10,00	-	130.660	(114.577)	16.083	11.574
Licença de uso - franquia	10,00	-	9.674	(4.652)	5.022	5.990
Ponto comercial	3,00	-	6.069	(2.718)	3.351	3.594
Outros intangíveis	10,00	-	1.850	(1.725)	125	218
Subtotal		2.152.277	(1.164.682)	987.595	1.120.477	1.120.477

Vida útil indefinida

Ágio em controladas não incorporadas (iv)					
Grupo Santa Joana	305.988	-	305.988	305.988	305.988
Grupo Santa Helena	386.466	-	386.466	386.466	386.466
Grupo Sobam	147.249	-	147.249	147.249	147.249
Lotten-Eyes (vii)	127.625	-	127.625	190.171	190.171
Grupo Lusladas (vi)	326.221	(11.602)	314.619	221.648	221.648
Esho	197.610	(34.781)	162.829	162.829	162.829
COI Clínicas	86.258	-	86.258	86.258	86.258
Grupo Ana Costa	72.576	-	72.576	72.576	72.576
Eye Clinic	36.396	-	36.396	36.396	36.396
Radium	54.712	-	54.712	54.712	54.712
Hospital de Clínicas de Jacarepaguá (vii)	-	-	-	-	30.447
Casa de Saúde Santa Therezinha	26.312	-	26.312	26.312	26.312
Bosque	22.777	(2.833)	19.944	19.944	19.944
Seisa	14.124	-	14.124	14.124	14.124
Outros	5.226	-	5.226	5.226	5.226
Subtotal	1.809.540	(49.216)	1.760.324	1.760.324	1.760.324

Ágio em controladas incorporadas (iv)

Hospital Samaritano de São Paulo	424.785	-	424.785	424.785	424.785
Grupo Medial	462.326	(92.442)	369.884	369.884	369.884
Lincx	159.858	-	159.858	159.858	159.858
Grupo Life	72.796	(6.466)	66.330	66.330	66.330
Hospital Samaritano	65.615	-	65.615	65.615	65.615
Hospital Pró-Cardíaco (vii)	50.862	-	50.862	51.116	51.116
Hospital Pasteur	44.244	-	44.244	44.244	44.244
Hospital Monte Klinikum	30.529	-	30.529	30.529	30.529
Hospital Madre Theodora	35.455	-	35.455	35.455	35.455
Clinihauer	29.104	(22.285)	6.819	6.819	6.819
Seisa	29.031	-	29.031	29.031	29.031
Grupo COI	78.333	-	78.333	78.333	78.333
Hospital Carlos Chagas	26.262	-	26.262	26.262	26.262
Med Card	20.713	(2.751)	17.962	17.962	17.962
Semic	19.660	(3.768)	15.892	15.892	15.892
HCB	14.286	-	14.286	14.286	14.286
Casa de Saúde Santa Lúcia	7.896	-	7.896	7.896	7.896
Outros (vii)	18.157	(865)	17.292	17.500	17.500
Subtotal	1.589.712	(128.577)	1.461.135	1.461.597	1.461.597
Marcas (v)	16.720	-	16.720	11.903	11.903
Subtotal	3.415.972	(177.793)	3.238.179	3.233.846	3.233.846
Total	5.568.249	(1.342.475)	4.225.774	4.354.323	4.354.323

(i) Basicamente aquisição de licenças e desenvolvimento interno de sistemas corporativos;
 (ii) A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil-econômica remanescente das carteiras de beneficiários de planos de saúde adquiridas;
 (iii) Direito de exploração do Hospital de Cascais em Portugal;
 (iv) Os ágios gerados na aquisição de investimentos estão fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudo de peritos independentes e, até 31 de dezembro de 2008, vinham sendo amortizados pelo prazo de 10 anos;
 (v) Em junho de 2016, a Diretoria da Companhia aprovou a proposta da Diretoria de Marketing para o desuso de determinadas marcas. Desta forma, algumas marcas registradas passaram a ter vida útil definida;
 (vi) Variação de R\$ 92.971 na controlada indireta Lusladas refere-se a ajuste de conversão de moeda;
 (vii) Em 2020, baixa de ágio por impairment na Lotten Eyes (R\$ 62.546), Clínica Danilo (R\$ 206), Pro Cardíaco (R\$ 255) e Hospital de Clínicas de Jacarepaguá (R\$ 30.447).

9. Intangível

	Controladora			
	Taxa de amortização anual (%)	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Vida útil definida				
Software	20,00	682.204	(287.145)	395.059
Carteira de clientes (i)	17,00	76.075	(67.841)	8.234
Marcas	29,00	536.439	(265.704)	270.735
Acordo de não competição	20,00	3.506	(3.506)	-
Subtotal		1.298.224	(624.196)	674.028
Vida útil indefinida				
Ágio em empresas incorporadas (ii)				
Grupo Medial	453.580	(91.195)	362.385	352.385
Lincx	159.658	-	159.658	159.658
Seisa	29.031	-	29.031	29.031
Med Card	20.713	(2.751)	17.962	17.962
Semic	19.660	(3.768)	15.892	15.892
Ampla	9.218	(839)	8.379	8.379
Dental Center	832	-	832	832
Subtotal	692.692	(98.553)	584.139	584.139
Total	1.990.916	(722.749)	1.268.167	1.356.087

(i) A Companhia revisa anualmente a estimativa do prazo de vida útil-econômica remanescente das carteiras de beneficiários de planos de saúde adquiridas;
 (ii) Ágio transferido de controladas para a Companhia após reestruturação societária;

	Consolidado			
	Marcas	Software	Acordo de não competição e outros intangíveis	Carteira de clientes
Saldos em 31/12/2018	614.020	399.929	72.069	73.077
Adições (i)	-	210.936	-	-
Baixas	-	(9.030)	-	-
Amortização	(101.906)	(119.820)	(27.625)	(16.552)
Transferência (ii)	6.042	(3.880)	18.827	(5.947)
Impairment	-	-	-	-
Aquisição de empresas	-	229	-	-
Ajuste de conversão de moedas	204	240	9	-
Saldos em 31/12/2019	518.360	478.604	63.280	50.578
Adições	-	107.597	-	-
Baixas	-	(1.852)	-	-
Amortização	(95.534)	(119.976)	(22.471)	(18.900)
Transferência (ii)	(76)	12.194	(9.911)	9.988
Impairment	(5.437)	-	(42)	-
Ajuste de conversão de moedas	4.938	8.225	294	-
Saldos em 31/12/2020	422.251	484.792	31.150	41.666

(i) Em 2019, ágio na aquisição das sociedades Radium e Eye Clinic (vide nota explicativa nº 10)
 (ii) Em 2020, R\$ 12.194 transferência de itens do imobilizado. Em 2019, transferência de (R\$ 10.823) para o imobilizado referente à alocação de ágio da sociedade Radium e (R\$ 3.873) transferência de itens para o imobilizado.

Teste de impairment – Avaliação ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram teste de perda por redução no valor recuperável ("impairment") para todos os ativos intangíveis com vida útil indefinida registrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
 O valor recuperável destes ativos foi determinado com base no valor em uso a partir dos fluxos de caixa descontados das unidades geradoras de caixa (UGC).
 O ativo intangível com vida útil indefinida (marcas e ágio resultante da combinação de negócios) é alocado à UGC para a qual se esperam benefícios, no menor nível possível e nunca superior a um dos segmentos de negócio monitorados pela Administração. Abaixo demonstramos alocação do valor contábil destes ativos por segmento de negócio:

Movimentação do parcelamento fiscal

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	84.953	96.352
Atualizações	4.266	1.424
Inclusões	-	49
Pagamentos	(18.270)	(16.060)
Reversões / baixas	-	(217)
Aquisições / incorporações	-	3.405
Saldo no fim do exercício	70.949	84.953

Composição por ano de vencimento

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2021		14.975
2022		13.596
2023		12.926
2024		11.156
2025 a 2031		18.296
Total		70.949

Em 2018, através do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/17, o Governo Federal permitiu a utilização de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social para quitação de débitos ou parcelamentos já existentes. Algumas empresas do grupo optaram pela utilização destes saldos de prejuízos fiscais e base negativa e quitaram suas dívidas elegíveis a esses programas de anista.

14. Empréstimos e financiamentos a pagar

Descrição	Início	Vencimento	Encargos	Pagamento de juros	Garantias	Consolidado			
						Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Financiamentos:									
Santander Totta	Abr-16	Indef.	Euribor + spread	Mensal	Receíveis	83.203	-	71.016	-
Outros	-	-	1,00% a.a.	Mensal	-	-	-	226	-
Subtotal						83.203	-	71.242	-
Mútuo com controladora (i)	Set-18	Set-21	11,18% a.a.	Trimestral	-	100.497	-	497	100.000
Mútuo com controladora (i)	Set-18	Set-21	11,18% a.a.	Trimestral	-	70.348	-	645	70.000
Mútuo com controladora (i)	Dez-19	Dez-22	1,75% a.a.	Libor + spread	Nota promissória	9.777	549.551	255.256	132.295
Mútuo com controladora (i)	Ago-20	Abr-21	1,00% a.a.	Libor + spread	Nota promissória	191.904	-	-	-
Mútuo com controladora (i)	Dez-19	Ago-22	Euribor	Nota promissória	-	-	-	-	11.452
Subtotal						372.526	549.551	256.398	313.747

Descrição	Início	Vencimento	Encargos	Pagamento de juros	Garantias	Consolidado			
						Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Arrendamentos:									
Em moeda nacional (ii)	-	-	1,94% a.a.	Mensal	Equipamentos	5.826	9.240	9.808	142
Subtotal						5.826	9.240	9.808	142
Total						461.555	558.791	337.448	313.889

(i) Mútuo com a controladora UHG, com a finalidade de financiar o capital de giro da Companhia. As operações foram realizadas em Reais (R\$), exceto para controlada direta Amil Internacional e controlada indireta Lusitadas cuja as operações foram realizadas em Euros e convertidas para o Real. Em 2019, a Companhia decidiu antecipar o pagamento do mútuo a fim de reduzir as despesas financeiras do exercício;

(ii) Compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de bens para equipamentos de informática, hospitalares e veículos, com prazos de 24 a 36 meses, devendo os bens serem adquiridos ao final dos contratos por um valor residual simbólico.

A movimentação dos saldos de empréstimos das controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 está demonstrada a seguir:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldos no início do exercício	337.448	313.889	123.396	923.287
Captação de empréstimos	498.449	9.240	11.672	-
Pagamento de parcelas	(351.037)	-	(88.068)	(356.900)
Pagamento de juros	(21.664)	-	(12.954)	-
Apropriação de juros	30.723	-	57.975	-
Atualização	5	-	69	-
Outros	(964)	-	75	-
Ajuste de conversão	143.118	61.119	(16.309)	9.094
Transferência curto / longo prazo	(174.523)	174.523	261.592	(261.592)
Saldos no fim do exercício	461.555	558.791	337.448	313.889

O saldo dos arrendamentos mercantis está demonstrado a seguir:

Composição do arrendamento mercantil	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Equipamentos hospitalares	-	15.066	-	9.899
Equipamentos de informática	-	-	-	51
Total		15.066		9.950

Período	31/12/2020		31/12/2019	
	Pagamento mínimo	Valor presente dos pagamentos	Pagamento mínimo	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	5.998	5.826	10.452	9.240
Após um ano, mas menos que três anos	16.450	15.066	-	-
Total dos pagamentos mínimos de arrendamento	22.448	20.892	10.452	9.240
Valores que representam encargos financeiros	(1.384)	-	-	-
Valor presente de pagamentos de arrendamentos mínimos	21.064	20.892	10.452	9.240

Em 31 de dezembro de 2020, os montantes referentes a empréstimos e financiamentos a pagar têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
2021		461.555		49.075
2022		558.791		1.020.346
Total		1.020.346		1.069.421

15. Débitos diversos

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Forneecedores	275.025	-	120.931	-
Obrigações com pessoal	142.314	-	147.358	-
Aquisições a pagar (i)	4.956	28.715	4.823	34.427
Adiantamento de clientes	13.870	-	96.511	-
Aluguel diferido	11.650	-	9.384	27.705
Multas ANS - parcelamento	5.998	-	5.678	10.845
Outros (ii)	50.310	32.576	48.209	31.036
Total	503.923	61.291	432.894	104.013

(i) Contas a pagar na aquisição das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os valores são atualizados monetariamente pelo CDI;

(ii) Valores compostos por contrato de exclusividade, dividendos a pagar e outros débitos.

Em 31 de dezembro de 2020, os montantes referentes as contas a pagar na aquisição das controladas diretas e indiretas têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
2021		49.075		6.690
2022		28.715		124.079
2023		-		-
Total		77.790		130.769

16. Ativo fiscal diferido e provisões para tributos diferidos

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	1.224.897	1.312.478	1.595.100	1.492.664
Provisão para ações judiciais	235.719	264.990	324.073	332.477
Provisão para perdas sobre créditos (i)	126.130	92.598	213.837	144.909
Impairment - ágios	17.728	18.082	133.037	95.851
Crédito fiscal sobre ágio de empresas incorporadas	1.292.151	1.498.040	1.369.398	1.560.316
Depósito judicial ISS s/faturamento (ii)	125.702	95.375	125.702	95.375
Outros ativos fiscais diferidos	27.956	25.482	44.795	38.620
Ativos fiscais diferidos	3.050.283	3.307.045	3.805.542	3.760.212
Alocação de ágios - PPA	(102.517)	(134.595)	(200.527)	(228.188)
Amortização fiscal de ágio dedutível de empresas incorporadas (iii)	(289.168)	(285.579)	(444.545)	(403.072)
Outros passivos fiscais diferidos	(10.160)	(10.519)	(50.600)	(47.801)
Passivos fiscais diferidos	(401.845)	(430.693)	(695.672)	(679.061)
Ativo fiscal diferido líquido (iv)	2.648.438	2.876.352	3.110.270	3.081.151

Refletido no balanço patrimonial da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo fiscal diferido	2.648.438	2.876.352
Passivo fiscal diferido	-	(55.881)
Ativo fiscal diferido líquido	2.648.438	2.876.352

(i) Constituída sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde e outros créditos;

(ii) Referente ao processo nº 1006016.61.2018.8.26.0053/50000 aonde se discute a competência do município em cobrar o ISSQN conforme Lei Complementar 157;

(iii) Ágios gerados na aquisição de investimentos que deixaram de ser amortizados contabilmente a partir de 01 de janeiro de 2009. No entanto, os mesmos continuaram sendo amortizados para fins fiscais, com base no RTT – Regime Tributário de Transição (Lei nº 11.941/09) até dezembro de 2014. A partir de 2015, as amortizações dos ágios estão regulamentadas pela Lei nº 12.973/14 (conversão da MP 627/13), a qual trouxe a revogação do RTT mediante a introdução de um novo regime no qual a determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL passou a ser feito diretamente a partir do lucro, realizada através de adições/exclusões;

(iv) O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados de acordo com a posição líquida.

A Administração da Companhia e de suas controladas elaboram estudo técnico, ao final de cada exercício social, de realização futura do ativo fiscal diferido. Anualmente esse estudo sofre atualizações, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis no contexto das principais variáveis de seus negócios. De acordo com estas projeções, estima-se que o ativo referente ao imposto de renda e a contribuição social diferidos será realizado nos seguintes prazos:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
2021		381.485		491.263
2022		263.124		341.203
2023		280.961		339.784
2024		241.661		274.405
2025		255.560		293.524
2026 a 2030		1.225.647		1.425.972
Total		2.648.438		3.166.151

17. Provisões para ações judiciais

17.1. Ações judiciais com risco de perda provável

A Companhia e suas controladas constituem provisão para ações judiciais com base na opinião de seus assessores jurídicos. Processos com risco de perda provável são integralmente provisionados. Os valores contabilizados estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cíveis (i)	310.287	370.427	437.513	494.862
Trabalhistas (ii)	116.894	99.215	301.615	256.144
Tributárias	68.205	125.804	77.784	138.474
Regulatória (i)	116.457	147.323	158.036	186.293
Total	611.843	742.769	974.948	1.075.773

(i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes;

(ii) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extras.

Movimentação da provisão para ações judiciais

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldos no início do exercício	742.769	722.519	1.075.773	1.002.719
Constituições	45.872	50.285	662.237	812.247
Reversões / baixas	(180.042)	(30.035)	(775.331)	(741.071)
Ajuste de conversão	-	-	12.269	456
Incorporação	3.244	-	-	-
Aquisição de empresa	-	-	-	1.422
Saldos no fim do exercício	611.843	742.769	974.948	1.075.773

17.2. Ações judiciais com risco de perda possível

A Companhia e suas controladas classificam as contingências com prognóstico de perda possível com base em fatos específicos que a suportem, sempre levando em consideração a existência de jurisprudência pacificada, de documentos que comprovem a correção do procedimento da Companhia e suas controladas e, que, portanto, não significará provável saída de recurso para pagamento.

A Companhia e suas controladas não provisionam os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cíveis (i)	328.356	263.459	623.941	535.805
Trabalhistas (ii)	182.461	228.155	472.552	625.680
Tributárias (iii)	398.364	349.206	475.797	442.683
Regulatória (i)	117.025	61.377	123.725	64.446
Total	1.026.206	902.197	1.696.015	1.668.614

(i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes;

(ii) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extras;

(iii) Processos administrativos e judiciais tributários. Em 2019, em razão de jurisprudência e evolução dos processos, a Administração reavaliou suas estimativas para valores de risco de perda de alguns processos. Esta reavaliação, combinada com novas ações, resultou em particular aumento nas contingências tributárias com prognóstico de perda possível.

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais, quando requeridos, registrados em seu ativo referentes aos processos em andamento.

17.3. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais da Companhia e suas controladas estão correlacionados às provisões e passivos contingentes. São garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	92.001	113.938	116.511	136.600
Eventos indenizáveis (SUS) (i)	30.224	33.883	30.887	34.546
Trabalhistas	18.877	21.461	75.461	55.451
Tributárias (ii)	367.692	266.409	378.288	274.115
Total	508.794	435.691	601.147	500.712

(i) Depósitos judiciais relacionados às provisões técnicas da Companhia e suas controladas SHAM, Plano de Saúde Ana Costa e Sobam, cuja obrigação legal é de restituir as despesas do SUS, no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos (vide nota explicativa nº 11);

(ii) Basicamente depósitos judiciais relacionados a ações sobre efeitos da Lei Complementar nº 157/16 nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo – ISS sobre faturamento.

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

Em novembro de 2019, foi aprovado aumento de capital de R\$ 840.000 mediante emissão de 631.910 mil novas ações, sendo destinado ao capital social o montante de R\$ 165.240 e destinados à conta de reserva de capital o saldo de R\$ 674.760.

O montante de R\$ 674.760 referente a reserva de capital foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados.

19.2. Remuneração do pessoal chave da administração

A Companhia considerou como "Pessoal chave da administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária. A remuneração é constituída por honorários, bônus, plano de previdência privada complementar e plano de opções de ações. A remuneração anual atribuída ao pessoal chave da administração está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Honorários	7.050	14.195	7.050	14.195
Benefícios	643	574	643	574
Subtotal	7.693	14.769	7.693	14.769
Remuneração baseada em ações	-	(789)	-	(789)
Total	7.693	13.980	7.693	13.980

20. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	-	-	4.742.841	4.852.515
Outras receitas operacionais	54.362	662.833	179.040	702.551
Ganho alienação de imobilizado	11.347	442	22.788	1.914
Recuperação de despesas	15.562	3.741	73.120	25.645
Receitas com contrato de exclusividade	5.442	5.441	7.055	6.817
Reversão de impairment	-	-	1.524	362
Recuperação de despesas judiciais	-	-	23.092	-
Receitas com outras atividades	-	-	15.011	23.868
Outras receitas (i)	22.011	653.209	35.960	643.945
Total	54.362	662.833	4.921.881	5.555.066

(i) Em 2019 basicamente crédito referente aos precatórios R\$ 145.498 (devolução de valores pagos a maior a título de ISS do município de São Paulo) e crédito de INSS decorrente de ação judicial transitada e julgada em agosto de 2019, no montante de R\$ 483.786.

21. Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras receitas (despesas) de operações de planos de assistência à saúde (i)	(179.027)	(161.014)	(204.640)	(194.745)
Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	21.683	37.339	21.813	37.506
Provisão para perdas sobre recebíveis	(251.560)	(255.573)	(275.807)	(293.299)
Provisão para perdas sobre outros créditos	(3.719)	(46.458)	(5.794)	(46.727)
Total	(412.623)	(425.706)	(464.428)	(497.265)

(i) Nesta rubrica, basicamente são contabilizadas as reclamações judiciais por danos morais dos beneficiários dos planos de saúde.

22. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	-	-	(1.540.474)	(1.326.676)
Pessoal	-	-	(864.489)	(989.031)
Suprimentos médicos	-	-	(1.145.687)	(894.859)
Serviços de terceiros	-	-	(1.458.427)	(1.216.456)
Localização e funcionamento	-	-	(543.242)	(470.508)
Tributos	-	-	(20.137)	(21.323)
Depreciação e amortização	-	-	(162.546)	(183.396)
Subtotal	-	-	(4.870.514)	(4.113.218)
Provisão para perdas sobre recebíveis	-	-	(146.411)	(128.952)
Provisão para perdas sobre outros créditos	-	-	(2.267)	(13.809)
Perda alienação de imobilizado	-	-	(8.216)	(2.031)
Outras	-	-	(19.023)	26.138
Total	-	-	(5.046.431)	(4.231.872)

23. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras	(741.825)	(864.489)	(865.324)	(989.031)
Serviços de terceiros (i)	(455.676)	(411.031)	(479.334)	(461.099)
Localização e funcionamento (ii)	(180.867)	(205.677)	(188.143)	(202.913)
Depreciação e amortização	(228.315)	(234.463)	(260.629)	(267.997)
Publicidade e propaganda	(143.070)	(116.588)	(114.195)	(108.562)
Tributos	(19.022)	(17.785)	(18.233)	(27.772)
Judiciais (iii)	108.077	(34.871)	102.306	(90.491)
Outras	(110)	(14.603)	(16.647)	(18.532)
Total	(1.660.810)	(1.899.507)	(1.840.199)	(2.166.397)

(i) Serviços advocatícios, consultoria, tele atendimento, informática, entre outros;
(ii) Utilização e manutenção das instalações da Companhia e suas controladas, como luz, água, serviços de manutenção, segurança, etc.;
(iii) Provisões e reversões de despesas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. Incluindo multas ANS.

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras	(10.844)	(33.586)	(16.526)	(23.625)
Descontos concedidos	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (i)	(1.072)	(29.256)	(34.901)	(65.151)
Varição cambial	(2.774)	(1.158)	(4.816)	(2.168)
Tarifas bancárias	(17.182)	(15.548)	(25.489)	(25.851)
Encargos s/ parcelamento de tributos (ii)	-	-	(4.266)	(2.229)
Encargos s/ pagamentos em atraso	(1.772)	(2.259)	(10.731)	(14.895)
Outras (iii)	(317)	(3.864)	(3.630)	(18.815)
Subtotal	(34.061)	(85.668)	(100.359)	(152.734)
Receitas financeiras	69.128	164.387	79.764	192.652
Aplicações financeiras	69.128	164.387	79.764	192.652
Encargos s/ recebimentos em atraso	40.853	53.206	46.105	59.923
Atualização de créditos tributários (iv)	24.484	230.050	30.847	236.273
Descontos obtidos	311	1.619	1.634	7.387
Varição cambial	-	476	3.093	1.982
Outras	-	398	652	2.065
Subtotal	134.776	450.136	162.095	500.282
Total líquido	100.715	364.468	61.736	347.548

(i) Basicamente, encargos financeiros do contrato de mútuo com UHG e atualização monetária s/ aquisição de empresas;
(ii) Representado substancialmente pelos encargos sobre impostos e contribuições inscritas nos programas de parcelamento. Esses valores são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, SELIC e IPCA;
(iii) Inclui atualização de contas a pagar de curto e longo prazo pela aquisição de empresas;
(iv) Em 2019, deste montante, R\$ 222.151 refere-se à atualização do crédito de INSS autônomos decorrente de ação judicial transitada e julgada em agosto de 2019.

25. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada conforme alíquotas nominais e no resultado do exercício estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	936.050	279.696	724.957	338.495
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(318.257)	(95.098)	(246.485)	(115.088)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva	-	-	-	-
Despesas indedutíveis (i)	(8.773)	(6.437)	(21.343)	(17.433)
Equivalência patrimonial	(161.870)	(13.349)	-	-
Multas	(12.018)	(15.151)	(13.030)	(19.013)
Juros sobre capital próprio	68.000	-	68.000	-
Outras diferenças permanentes (ii)	13.943	(19.377)	4.987	(53.224)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(418.975)	(149.412)	(207.871)	(204.758)
Alíquota fiscal efetiva	44,76%	53,42%	28,67%	60,49%

(i) Valores referentes às despesas com doações, perdas indedutíveis, despesas com representação etc.;
(ii) Valores referentes a crédito de IR de Portugal, ajustes de anos anteriores e prejuízos fiscais/diferenças temporárias sem IRPJ/CSSL diferidos e etc.

26. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices contratadas com terceiros:

Item	Tipo de cobertura	Valores segurados
Complexo administrativo e unidades hospitalares	Danos materiais às edificações, instalações, máquinas e equipamentos	5.641.350
Contratos (prestação de serviços, judicial ou locação)	Danos materiais	61.571
Conselheiros, diretores e administradores	Responsabilidade Civil	141.210
Equipamentos aero médicos	Danos materiais à aeronaves e equipamentos	1.447
Veículos	Danos materiais e corporais	1.714

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

27.1. Considerações gerais

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Modelos e informações de mercado são utilizadas para estimar os montantes de valor justo, que podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e de suas controladas com destaque para disponibilidades, inclui aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

27.2. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

27.2.1 Classificação

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais ativos financeiros da Companhia e de suas controladas consistem em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes que resultam diretamente de suas operações.

Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas referem-se a empréstimos, financiamentos e obrigações com fornecedores. O principal propósito dos empréstimos e financiamentos foi a captação de recursos para as operações de combinações de negócios, enquanto que as obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações.

27.2.2 Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O passivo financeiro representado pelos empréstimos e financiamentos das controladas se encontra classificado como outros passivos e são mensurados pelo custo amortizado.

Os valores justos e contábeis dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e suas respectivas classificações são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e bancos	48.223	48.223	324.852	324.852
Contraprestações pecuniárias a receber	526.929	526.929	581.431	581.431
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	-	-	1.107.397	1.107.397
Valor justo por meio do resultado	3.444.046	3.444.046	3.895.795	3.895.795
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Total	4.018.198	4.018.198	4.802.078	4.802.078

Passivos financeiros

Custo amortizado

Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3.084.023	3.084.023	2.676.313	2.676.313
Débitos diversos	565.214	565.214	2.130.463	2.130.463
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.020.346	1.020.346

27.2.3 Hierarquia do valor justo

De acordo com o CPC 46/IFRS 7, a Companhia mensura seus saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários pelo seu valor justo. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como Nível 1 e os títulos e valores mobiliários são classificados como Nível 2.

A tabela abaixo demonstra de forma resumida os instrumentos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)
Ativo				
Caixa e bancos	48.223	-	48.223	-
Aplicações livres	184.139	-	184.139	-
Total dos ativos	232.362	-	232.362	-
Passivo				
Caixa e bancos	324.852	-	324.852	-
Aplicações livres	500.371	-	500.371	-
Total dos passivos	825.223	-	825.223	-

27.3. Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia e suas controladas, destacam-se:

a) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada de clientes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e curto prazo de vencimento.

b) Risco de taxa de câmbio

Assim como as demais empresas atuantes no setor de saúde suplementar, a Companhia e suas controladas também estão sujeitas aos efeitos da variação cambial sobre os custos dos serviços prestados, tendo em vista que parte dos medicamentos e materiais médico-hospitalares estão vinculados à variação cambial.

Além disso, empresas controladas da Companhia possuem dívidas atreladas à variação da cotação de moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, o que poderá impactar indiretamente os resultados da Companhia através da equivalência patrimonial.

c) Risco de taxa de juros

O risco inerente de taxa de juros surge em virtude da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de juros vinculadas ao CDI, os quais a Companhia ou suas controladas usualmente contratam empréstimos e financiamentos. Para reduzir a exposição a variações nas taxas de juros do mercado local, a Companhia concentra suas aplicações financeiras em títulos públicos indexados à variação do CDI.

d) Risco de liquidez

A Companhia monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo. Os índices de liquidez corrente e geral da Companhia em 31 de dezembro de 2020 eram 1,18 e 1,68, respectivamente.

28. Benefícios a empregados

Plano de previdência privada complementar

Em agosto de 2009, a Companhia implantou um plano de previdência privada complementar, na modalidade de contribuição definida, para todos os colaboradores com mais de um ano de Companhia.

O plano é viabilizado através de contribuições feitas pelos participantes (colaboradores) e pela Companhia, que são creditadas em contas individuais dos participantes. As contribuições efetuadas pelo colaborador variam de 3% a 8% do salário base e as efetuadas pelos patrocinadores variam de 50% a 150% do percentual de contribuição do colaborador.

As contribuições ao plano são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados, e em 31 de dezembro de 2020 atingiram o montante de R\$ 1.461 (2019 - R\$ 2.393).

A Companhia não possui qualquer obrigação ou direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

29. Informações sobre segmentos de negócios

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Com base nos critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22, as informações referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram revisadas pela Companhia e sumarizadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/1